

## O ENFRENTAMENTO DAS OPRESSÕES DE GÊNERO NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: O PAPEL DOS COLETIVOS ESTUDANTIS NA ÓTICA DO FEMINISMO DECOLONIAL

Isabela Grossi Amaral<sup>1</sup>

Flávia Naves<sup>2</sup>

### RESUMO

Esse trabalho discute qual o papel dos coletivos estudantis no enfrentamento das opressões de gênero no âmbito da universidade pública. Esta reflexão ocorre por meio do feminismo decolonial, que desconstrói opressões convergindo questões de gênero, raça, classe, assumindo um ponto de vista não eurocêntrico. A abordagem da pesquisa é qualitativa, caracterizando-se como descritiva e explicativa. Foram realizadas entrevistas entre fases de observações, seguindo com uma interpretação compreensiva nas análises. Teve papel central na pesquisa o conhecimento das mulheres sobre a atuação dos coletivos estudantis e enfrentamentos como: o poder e hierarquia na sala de aula; o corpo subalterno; a culpa; o silenciamento; autoafirmação e a auto-opressão relacionadas de forma interseccional. Os coletivos estudantis são espaços de refúgio, aconselhamento e suporte para mulheres, rompendo com estruturas opressivas, mas são também espaços contraditórios, que nem sempre conseguem representar e dar suporte às demandas mulheres que buscam por ele.

**Palavras-Chave:** Feminismo decolonial; Colonialidade de gênero; Universidade; Coletivos.

ENFRENTANDO LA OPRESIÓN DE GÉNERO EN UNA UNIVERSIDAD PÚBLICA: EL PAPEL DE LOS COLECTIVOS ESTUDIANTILES EN LA PERSPECTIVA DEL FEMINISMO DECOLONIAL

### RESUMEN

<sup>1</sup> Mestra em Administração, pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), na linha de pesquisa em Organizações, Gestão e Sociedade. Bacharela em Administração, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras, pesquisadora do Laboratório de Estudos Transdisciplinares - LETRA.

Este artículo discute el papel de los colectivos estudiantiles en abordar la opresión de género dentro de la universidad pública. Esta reflexión se produce a través del feminismo decolonial, que deconstruye las opresiones de cuestiones de género, raza, clase, adoptando un punto de vista no eurocéntrico. El enfoque de investigación es cualitativo, caracterizado como descriptivo y explicativo. Las entrevistas se realizaron entre las fases de observación, seguidas de una interpretación integral en los análisis. El papel central de la investigación fue el conocimiento de las mujeres sobre el desempeño de colectivos estudiantiles y confrontaciones tales como: poder y jerarquía en el aula; el cuerpo subordinado; la culpa; el silenciamiento autoafirmación y auto opresión relacionadas de forma interseccional. Los colectivos estudiantiles son espacios de refugio, asesoramiento y apoyo para mujeres, rompiendo con estructuras opresivas, pero también son espacios contradictorios, que no siempre pueden representar y apoyar las demandas de las mujeres que lo buscan.

**Palabras clave:** Feminismo decolonial; Colonialidad de género; Universidad; Colectivos.

THE FACING OF GENDER OPPRESSIONS IN A PUBLIC UNIVERSITY: THE ROLE OF STUDENTS COLLECTIVES  
IN THE PERSPECTIVE OF DECOLONIAL FEMINISM

## **ABSTRACT**

This paper discusses the role of students collectives in addressing gender oppression within the public university. This reflection occurs through decolonial feminism, which deconstructs oppressions by converging issues of gender, race, class, taking a non-Eurocentric point of view. The research approach is qualitative, characterized as descriptive and explanatory. Interviews were conducted between observation phases, followed by a comprehensive interpretation in the analyzes. The central role of the research was the knowledge of women about the performance of students collectives and confrontations such as: power and hierarchy in the classroom; the subordinate body; the guilt; the silencing; self-affirmation and self-oppression intersectively related. The students collectives are spaces of refuge, counseling and support for women, breaking with oppressive structures, but they are also contradictory spaces, which are not always able to represent and support the demands of women who seek him.

**Keywords:** Decolonial Feminism; Gender coloniality; University; collectives.

## INTRODUÇÃO

Historicamente, a universidade é um espaço marcado por conservadorismo, por características burguesas, elitistas, hierárquicas e meritocráticas (MONTEIRO, 2017). Nesse sentido, a presença de pessoas diversas nesse ambiente elitizado, que antes era majoritariamente composto por homens brancos, vem promovendo muitas discussões, debates e aos poucos está quebrando muitos padrões e condutas enraizadas, pois amplia a inserção da cultura desses povos que por tantos anos foi relegada devido à herança colonialista (FERNANDES, 2013).

O cenário universitário brasileiro é cada vez mais ocupado por mulheres, especialmente entre estudantes. Predomina o sexo feminino dos discentes de graduação, tanto nos cursos presenciais quanto na modalidade à distância (INEP, 2018), o que é resultado de uma luta que continua, quando as mulheres passam habitar o espaço universitário.

Romper com esse modelo conservador significa que estudantes pertencentes a grupos socialmente marginalizados ou vulneráveis, depois do acesso, ainda têm que lutar, pois estar em uma universidade pública não significa garantia de dignidade, respeito e igualdade. Nesse sentido, mesmo com aumentos expressivos de inserção das mulheres em muitas universidades, instituições de pesquisa e no campo científico (INEP, 2018; SILVA; RIBEIRO, 2014; MINELLA, 2013), ainda há arranjos que contribuem para que sejam excluídas de determinados espaços acadêmicos predominantemente masculinos (BARRETO, 2015; MIGUEL, 2016) ou que tornam mais difícil a vida das mulheres nesses espaços – desde comentários jocosos até violências de diversos tipos (GELEDES, 2014; INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015). Entre as mulheres negras, a desvantagem é ainda mais alarmante, já que estas podem vir a sofrer com discriminação e/ou preconceito por questões de gênero e/ou raça (CRISOSTOMO; REIGOTA, 2010). De fato, as universidades são parte de sociedades machistas, patriarcais, discriminatórias e reproduzem tais princípios em suas práticas. Contudo, a presença de minorias e sua organização nos espaços universitários, assim como na própria sociedade pode exercer papel

importante na luta pela erradicação das múltiplas desigualdades de gênero e pela conquista de uma cidadania plena.

O reconhecimento de formas de exclusão, a conscientização do racismo e do sexismo reproduzido no espaço universitário e escolar são mudanças que implicam um embate político (CRISOSTOMO; REIGOTA, 2010). Nesse sentido, indaga-se: qual é o papel dos coletivos estudantis no enfrentamento das opressões de gênero no âmbito da universidade pública brasileira?

Para responder esse questionamento, é preciso tornar visível o que se oculta com o sistema de gênero colonial/moderno; é necessário entender a organização social em torno da violência de gênero sistematicamente racista (LUGONES, 2008), ou seja, é preciso avançar em relação ao feminismo hegemônico, para compreender as especificidades das mulheres no contexto da América Latina e Brasil. Nesse sentido, adotamos como conceito central o feminismo decolonial (LUGONES, 2010, 2012, 2014; PAREDES; GUZMÁN, 2014).

Pretendemos com esse artigo, que é parte de uma pesquisa maior<sup>3</sup>, contribuir para evidenciar as opressões e resistências de mulheres no ambiente universitário. Ao fazer isso, acreditamos que as mulheres que sofrem e lutam todos os dias poderão sentir-se menos solitárias e aprender com as experiências de outras mulheres. É parte de nossa contribuição para que chegue a outros lugares as vozes, a visibilidade, a legitimidade de saberes, as expressões e as experiências de grupos localizados socialmente de forma marginalizada e silenciada estruturalmente. Pois quanto mais invisíveis esses grupos são, maiores as impossibilidades de que suas vozes sejam catalogadas, ouvidas, restringidas não só no falar, nas palavras, mas na possibilidade de existir (RIBEIRO, 2017). Do ponto de vista acadêmico, buscamos contribuir com o aprofundamento da discussão sobre feminismo decolonial ainda marginal no âmbito dos estudos organizacionais, bem como outras derivações do pensamento decolonial (ABDALLA; FARIA, 2015). Como estamos num espaço que também pensa as

---

<sup>3</sup> Esse trabalho é um dos resultados do projeto de pesquisa intitulado “Mobilizações contra a colonialidade em uma universidade pública”, que envolve alunos de graduação e pós-graduação.

universidades, as discussões sobre tal tema podem contribuir diretamente para reflexão e mudanças positivas nas práticas de docentes, pesquisadores e estudantes.

Estruturamos o trabalho em outras quatro seções, além desta introdução. A seção 2 atenta para os fundamentos teóricos desse texto, sobretudo o feminismo decolonial. Em seguida, na seção 3, expõe-se a metodologia usada nesta pesquisa. Na seção 4 discute-se o papel dos coletivos estudantis no enfrentamento das opressões de gênero, vivenciadas pelas mulheres no espaço da universidade pública a partir das contribuições do feminismo decolonial. Na seção 5 apresentamos as reflexões finais desse trabalho.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A universidade latino-americana nasceu no meio de um processo conflituoso e de lutas constantes por interesses religiosos, econômicos e políticos (GÁLVEZ-GARCÍA, 2011). Argumenta-se que a implementação do modelo universitário europeu contribuiu para o intercâmbio intelectual na América Latina, mas sob outro ponto de vista, serviu como instrumento das classes dominantes para o controle dos novos territórios (GÁLVEZ-GARCÍA, 2011).

No caso do Brasil, a colonização por Portugal teve como variante principal a acumulação – primitiva – de capital, ou seja, a organização de uma economia complementar à da metrópole (CUNHA, 1986). Desta forma, não interessava a Portugal desenvolver o ensino superior no Brasil, sendo este um dos vínculos mais fortes para sustentar a dependência da colônia, deixando-a incapaz de cultivar e ensinar as ciências, as letras e as artes (CUNHA, 1986). Foi negada qualquer proposta de criação da universidade durante todo o período colonial (BAUER; JARDILINO, 2005). A educação feminina na época colonial era restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos; as mulheres brancas, ricas, pobres, negras, escravas ou índias não tinham acesso à leitura ou à escrita (RIBEIRO, 2007). Até mesmo as portuguesas eram, em sua maioria, analfabetas (RIBEIRO, 2007).

É importante ressaltar que em muitas culturas pré-coloniais, as posições das mulheres também não eram particularmente boas quando comparada aos homens, porém a colonização e a colonialidade impediram que os elementos culturais e sociais locais fossem mantidos, alterando-os (MIGNOLO, 2005). Neste sentido, conforme a colonialidade se infiltra, instalam-se padrões de dominação em vários aspectos da vida da mulher, como por exemplo, na divisão sexual do trabalho, na esfera doméstica, no domínio público da autoridade, na esfera do trabalho assalariado, no controle da biologia de sexo e reprodução, entre outros (LUGONES, 2014).

A colonialidade construiu-se através de uma verdade universal, que homogeneizou diferenças tanto geográficas quanto identitárias dos sujeitos, desconsiderando e tentando apagar as diversas culturas, histórias, etnias, raças, políticas e economias dos povos, subalternizando seus conhecimentos (MIGNOLO, 2005). A ciência foi produzida e disseminada pela Europa como um modelo único, universal e objetivo na produção de conhecimentos, descartando todas as epistemologias da periferia do ocidente (OLIVEIRA; CANDAU, 2010). Essa perspectiva dominante do conhecimento está presente na América Latina tanto nas universidades quanto nas escolas e faculdades, o que exalta a produção intelectual do euro-norteamericano como “ciência” e sabedoria universal, relegando o pensamento do Sul e os conhecimentos locais (WALSH, 2007).

Neste sentido, ao longo dos anos, em toda América Latina, foram adotadas medidas através de leis, em maior ou menor escala de acordo com as particularidades locais, como: racionalização de recursos na manutenção da educação; avaliações gerenciais para controle do sistema educativo; flexibilização de gestão resultando em concentração de decisões em um núcleo; reformas curriculares; modificações no trabalho docente; diversificação das instituições que não contempla necessariamente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; privatização dos sistemas educacionais; e delegação de responsabilidades públicas para entidades privadas, mercantilizando o conhecimento (MANCERO, 2008; LEHER, 2009).

Observa-se a intensificação de um processo de mercadorização do sistema educacional superior, uma vez que a transformação não é algo dado de forma rápida, mas que vai

acontecendo paulatinamente “a transformação do capital em ciência, (...) produziu a ideia de sociedade do conhecimento, na qual o fator mais importante é o uso intensivo e competitivo dos conhecimentos” (CHAUI, 2003, p. 4), além de redução das funções sociais exercidas pelo Estado e ampliação do espaço e poder dos interesses privados (MANCENO, 2008).

Simultaneamente a esse processo de mercantilização do conhecimento, por outro lado, há uma pressão social que amplia a concepção do espaço público restrito da universidade, em nome de um espaço público muito mais heterogêneo e por concepções de responsabilização social muito mais exigentes (SANTOS, 2011). Essa movimentação social que surge em várias esferas da sociedade, incluindo no campo da educação, é importante no questionamento colonialidade que marca nossa sociedade.

O fim da colonização ou do período colonial não extinguiu a colonialidade (QUIJANO, 2005), que passou a ser reproduzida através de mecanismos de estruturas de poder e subordinação do sistema-mundo capitalista colonial-moderno (ASSIS, 2014). Neste contexto, a presença da colonialidade na universidade se relaciona em sua estrutura com as interfaces da colonialidade do saber, ser e do poder (CASTRO-GÓMEZ, 2007).

A colonialidade do saber impede que os países colonizados consigam compreender o mundo em que se vive a partir de suas próprias epistemologias (PORTO-GONÇALVES, 2005), organizada de modo a dar legitimidade ou ilegitimidade a conhecimentos, estando profundamente ligada a produção de discursos favoráveis ou desfavoráveis, respectivamente, à manutenção do *status quo* (MIGLIEVICH-RIBEIRO; PRAZERES, 2015). Está na reprodução da noção de que ciência e epistemologia são singulares, objetivas e neutras, e que certas pessoas são mais capazes de pensar que outras (WALSH, 2007). Aliada a colonialidade do saber, opera a colonialidade do ser, que se sustentou e sustenta colonizando as perspectivas cognitivas, os sentidos que cada indivíduo atribui às experiências vividas, o imaginário, o universo de relações intersubjetivas do mundo, ou seja, invadindo e manipulando a cultura (QUIJANO, 2005), seu modo de vestir, alimentar, suas economias e ecologias (LUGONES, 2010), culminando em um genocídio existencial, na destituição de identidades (MASO; YATIM, 2014) e impactando a linguagem de muitos povos (MALDONADO-TORRES, 2007).

Todas estas operações intelectuais são interdependentes e envolvidas com a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), que historicamente é uma malha de relações sociais de exploração, dominação e conflitos articulados em torno da disputa pelo controle das seguintes áreas de existência social: 1) trabalho e seus produtos; 2) a “natureza” e seus recursos de produção; 3) sexo, seus produtos e a reprodução das espécies; 4) conhecimento; 5) a autoridade, a coerção, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular suas mudanças (QUIJANO, 2007).

Os conhecimentos hegemônicos produzidos e legitimados pela colonialidade do saber têm sido reproduzidos no âmbito das universidades públicas no Brasil. Contudo, mudanças no perfil de estudantes e docentes nessas mesmas universidades têm produzido questionamentos sobre a colonialidade, alterando práticas e comportamentos nessas organizações (BARRETO, 2015; SANTOS, 2005). Os espaços acadêmicos tornam-se instâncias fundamentais para o debate e a superação da colonialidade e da subalternidade que acompanha e que atinge minorias. É o caso das mulheres, que são hoje responsáveis pelo maior número de matrículas em cursos superiores no país (INEP, 2018), trazendo novas demandas e formas de fazer e ser para os ambientes universitários. Contudo, isso não se faz sem lutas, já que o aumento dos casos de violência contra mulheres no país mostra que o ambiente não é plenamente favorável a existência feminina (LIBÓRIO, 2019). Mesmo assim isso não as impede avançar, enfrentando o que Maria Lugones denomina de colonialidade de gênero (2014; 2007; 2008).

Expandindo e complexificando a abordagem de Quijano (2005; 2007) sobre colonialidade do poder, Lugones (2014; 2007; 2008) coloca a colonialidade do gênero como constitutiva da colonialidade do poder, assim como a colonialidade do poder é constitutiva dela. Ambas são centrais para a compreensão do que a autora chama de sistema de gênero moderno / colonial. Entende-se como colonialidade de gênero a imposição colonial de um sistema de gênero opressivo, uma questão ideológica apresentada através do dimorfismo biológico, da dicotomia homem/mulher, do heterossexualismo, do patriarcado, da hierarquia,

da sexualidade, que existe juntamente com a classificação da população em termos de raça (LUGONES, 2008; LUGONES, 2014).

Ao questionar o lugar do gênero na definição de colonialidade do poder, Lugones também questiona o feminismo hegemônico. Uma teoria feminista que é supostamente sobre “mulheres”, mas que de fato é apenas sobre certas mulheres, pode ser considerada falsa, provavelmente etnocêntrica, e de utilidade duvidosa, exceto para aqueles cuja posição no mundo ela fortalece (LUGONES; SPELMAN, 1983). Pois quando se fala de “a mulher” o modelo é a mulher branca, de classe média a alta, do primeiro mundo, heterossexual (LERMA, 2010). Assim, sobretudo na América Latina, o fortalecimento do feminismo deve considerar dados fundamentais dessa realidade: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região (GONZALEZ, 2020).

Em contraposição ao feminismo hegemônico, Lugones defende o feminismo decolonial, que revê o arcabouço teórico-conceitual produzido pelo feminismo branco burguês, e avança com novas interpretações que explicam a atuação do poder a partir de posições que assumem um ponto de vista subalterno, contribuindo para a produção de novas epistemologias e marcos teóricos que confrontam a produção hegemônica da verdade imposta através da força a partir do momento da conquista e colonização da América pela Europa e Estados Unidos (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014).

Considera-se impossível dissociar o patriarcado contemporâneo do racismo, do colonialismo e do capitalismo, porque o “Ocidente” subordina pensamentos diferentes, cria hierarquias e impõe na América o padrão atual de relacionamento entre gêneros (GARGALLO, 2006). O racismo, o patriarcado, o sexismo são parte de uma sistemática de opressão que subordina e define o lugar de pessoas, grupos e povos, de acordo com sua raça, identidade de gênero, situação socioeconômica, escolaridade, moradia, promovendo acesso desigual às riquezas resultantes do trabalho, assim como na apropriação desigual da renda e de bens (SITO, 2017). Tais desigualdades conectadas referem-se a interseccionalidade. Um dos novos desafios nos movimentos feministas, é colocar em prática a interseccionalidade, que é compreender a relação entre raça, classe, sexualidade e gênero como construtos centrais do

sistema de poder capitalista mundial, e para isso, deve-se “aprender” sobre povos, incluir nas discussões a discriminação ou opressão contra mulheres de cor (LUGONES, 2014), que ainda estão em uma dimensão diferente das mulheres brancas nas relações sociais patriarcais, racistas e sexualizadas (GONZALEZ, 2020).

É preciso refutar o olhar colonizador sobre os corpos, saberes e produções das mulheres colonizadas, e ir além, partir de outros pontos, promover discursos contra hegemônicos constituídos a partir de outros referenciais e geografias, que visem pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante (RIBEIRO, 2017). Isso implica em romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia pensando outros e novos lugares de fala (RIBEIRO, 2017).

O feminismo decolonial orienta a construção de novas cosmologias e epistemologias a partir de “outros” lugares de enunciação, incluindo o feminismo dentre esses “outros” espaços de teorização, interpretação e intervenção na América Latina (COSTA, 2010). Contudo, um dos primeiros passos para a construção de mudanças partindo do feminismo decolonial é a identificação e compreensão das diversas formas de opressão que identificam a condição de subalternidade das mulheres ainda no contexto atual.

As formas de opressão se diferenciam em função dos cruzamentos de gênero com outros eixos como raça, classe social, orientação sexual, diversidade funcional etc. (ALMENDRA, 2014; AKOTIRENE, 2018; RIBEIRO, 2018; LUGONES, 2012), anunciando a relevância de um olhar interseccional sobre as realidades, para evitar análises simplistas ou para se romper com universalidades que excluem (RIBEIRO, 2017), sendo, portanto, um instrumento de luta política (HIRATA, 2014).

Esse desafio também está na esfera das universidades, nas quais tensões envolvendo gênero, raça/etnia, orientação sexual, religião e outros marcadores estão presentes, assim como na sociedade e podem constituir barreiras “invisíveis” à conquista da formação superior (ALVARENGA et al., 2012). As desigualdades sociais a que estão subordinadas às minorias,

ignoradas pela maioria da população dão lugar a um discurso meritocrático – dentro de padrões dominantes – que tornam inacessível para esses grupos o acesso ao ensino superior. Assim, a colonialidade é mais efetiva na medida em que não é identificada.

A saída que muitos estudantes encontram para se fortalecerem na vida universitária é o caminho da militância estudantil (ZAGO, 2006), que pode adquirir diferentes formas, frequentemente conectadas com os debates de movimentos feministas.

Em muitas universidades públicas - e também em escolas de ensino médio (DE SORDI; MORAIS, 2016), estudantes, principalmente aqueles que fazem parte de tais grupos vulneráveis, têm se unido por interesses, afetos, diálogos, experiências, reafirmando e transformando esse mesmo grupo. Casos de mobilizações internas contra discriminação nas universidades públicas têm sido divulgados (PORTAL UFLA, 2020; SAYURI; SICURO, 2019; COSTANTI, 2018). São os chamados – inclusive por seus participantes – coletivos<sup>4</sup> (MIGLIORIN, 2012). Os coletivos podem ser considerados como uma expressão do movimento estudantil (MESQUITA, 2008), mas mantém características particulares, sendo formados por irradiação dessa intensidade de relações, sendo condensadores, agregadores de sujeitos e ideias, em constantes aproximações, distanciamentos, adesões e desgarramentos (MIGLIORIN, 2012).

Dessa forma, os coletivos estudantis, que abordam o tema feminismo, atuantes em uma universidade pública brasileira, são o foco desse trabalho. Juntamente a eles procuramos compreender as opressões vividas pelas mulheres no âmbito deste contexto universitário e o papel dos coletivos no enfrentamento dessas situações. A próxima seção explicita o caminho construído para a realização da pesquisa.

---

<sup>4</sup> Os grupos que participaram dessa pesquisa denominam-se como coletivos, termo que se refere uma forma de representação de movimentos sociais na perspectiva dos Novos Movimentos Sociais. Respeitando o posicionamento das ativistas utilizamos o termo coletivo nesse trabalho.

## **METODOLOGIA**

Considerando os aspectos singulares e subjetivos do contexto desta pesquisa, a abordagem qualitativa apresenta melhores condições de responder às inquietações deste estudo (DENZIN; LINCOLN, 2006). Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e explicativa, pois além de estudar as características de determinada realidade também identifica os fatores, as razões, o porquê do fenômeno estudado (GIL, 2008; GODOY, 1995).

Essa pesquisa se guia pela priorização das vozes e experiências de mulheres vinculadas aos coletivos estudantis envolvidos em debates feministas de uma universidade pública, alinhando-se a proposta epistemológica do feminismo decolonial. Por isso optou-se pela utilização de triangulação de estudos longitudinais (FLICK, 2009), realizando entrevistas entre fases de observações. Isso fez com que a abordagem fosse ampliada em seu alcance – diferentes técnicas –, nas dimensões de tempo – aplicação repetida de técnicas –, bem como o planejamento de pesquisa se tornasse mais complexo se comparado a uma pesquisa qualitativa normal (FLICK, 2009).

A partir da identificação dos coletivos, uma das pesquisadoras iniciou contatos com as ativistas por meio de participação nas atividades e nos eventos organizados por elas, abertos para a comunidade universitária ou, naqueles fechados, com consentimento das ativistas. Os eventos revelaram-se uma forma efetiva de aproximação e conhecimento dos coletivos estudantis.

Em todas as atividades, eventos, reuniões ou qualquer tipo de manifestação dos coletivos estudantis, realizados dentro ou fora da universidade, foi utilizada a técnica de observação. Embora a dinâmica dos grupos tenha se revelado permeável a participação da pesquisadora em alguns momentos e eventos, a diversidade de identidades e demandas dos coletivos estudantis nem sempre permitiram que a pesquisadora se inserisse como parte do grupo. Por isso, não classificamos a observação como participante. Durante os eventos,

embora tenha se construído uma relação horizontalizada entre uma das autoras e os coletivos, não foi possível usar a gravação, sob o risco de inibir a livre manifestação das pessoas presentes.

A técnica de observação ajudou a vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições entre as normas, regras e as práticas vividas cotidianamente pelos grupos e instituição observados (MINAYO, 2012). Nela, a pesquisadora relacionava-se diretamente com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, participando da vida social deles no seu cenário cultural, com a finalidade de colher dados e compreender o contexto social da pesquisa (MINAYO, 2012).

As informações obtidas com as observações de eventos e reuniões realizadas pelos coletivos estudados foram registradas em um caderno de campo. Tomou-se nota, nas diversas atividades dos grupos, das principais falas das oradoras assim como quem são elas, das particularidades dos grupos, do público presente, entre outros aspectos. A técnica ajudou a vincular os fatos às suas representações e a desvendar as contradições entre as normas, regras e as práticas vividas cotidianamente (MINAYO, 2012) pelos grupos e instituição observados. Ao todo uma das autoras participou de 30 eventos. O primeiro momento de observação dos coletivos estudantis para a pesquisa foi com o coletivo 1 no dia 09 de novembro de 2017 e o último no dia 04 de dezembro de 2018.

Durante a participação nas atividades organizadas pelos movimentos, foi possível conversar com algumas ativistas, processo que auxiliou, juntamente com as discussões teóricas e informações obtidas na pesquisa documental, a estruturar o roteiro para as entrevistas individuais que foram conduzidas em paralelo à participação e à observação em eventos.

As entrevistas realizadas são do tipo compreensiva proposta por Kaufmann (2013), onde o entrevistador interage com os entrevistados de forma mais livre, em que o roteiro da entrevista é flexível, como um guia para estimular os entrevistados a falarem sobre determinados assuntos. O método procura estabelecer um ambiente mais intimista entre os

pesquisadores e os entrevistados, tendo como objetivo deixá-los mais à vontade para manifestar suas opiniões de forma sincera (KAUFMANN, 2013). A opção por esse tipo de entrevista se fez buscando garantir uma relação de maior confiança com as participantes dos movimentos a fim de revelarem com maior abertura aspectos de sua organização, ideias e conflitos.

Dessa forma, foram utilizadas as teorias e conceitos presentes no referencial teórico como base para elaboração do roteiro das entrevistas. A grade de perguntas funciona como um guia para fazer os informantes falarem em torno do tema, com o objetivo de estabelecer uma dinâmica de conversação mais rica do que a simples resposta às perguntas (KAUFMANN, 2013).

A pesquisa foi realizada em uma universidade pública de Minas Gerais e as entrevistas foram realizadas dentro do próprio ambiente universitário com treze graduandas de diferentes cursos e uma pós-graduanda. Foram identificados nas etapas iniciais da pesquisa os coletivos estudantis que promoviam, no momento da pesquisa, no âmbito da universidade, algum tipo de expressão da luta feminista, e não exclusivamente feminista, como pode-se observar na tabela a seguir. Foram contatadas ativistas de cada um deles e convidadas a participarem das entrevistas. As que se interessaram, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo o sigilo nominal e a não identificação de suas identidades, sendo referenciadas nesta pesquisa com nomes fictícios de cientistas brasileiras. O perfil dessas mulheres é completamente diverso no que se refere a raça, classe, sexualidade, identificação de gênero, entre outros.

**Tabela 1 - Características dos coletivos estudantis estudados**

COLETIVOS	CARACTERÍSTICAS
<b>Coletivo 1</b>	Surgiu no departamento de direito da universidade no contexto de uma mobilização contra assédios que vinham ocorrendo naquele ambiente. Se pautam pelo combate a violências e assédios na universidade, acolhendo, direcionando jurídica e psicologicamente as mulheres que procuram ajuda do coletivo. Atualmente possuem um fluxograma de como atuar, um protocolo que direciona as ações das ativistas de acordo com o que chega até elas. Segundo algumas entrevistadas, atualmente o estatuto do coletivo define como orientação do grupo a análise interseccional por tratar-se de uma perspectiva mais inclusiva.
<b>Coletivo 2</b>	Surgiu de uma frustração de um grupo de mulheres que não se sentiam representadas em outros coletivos dentro da universidade. Pauta-se na representatividade da diversidade e pluralidade das mulheres, objetivando ser um espaço de acolhimento, formação política e ocupação dos espaços. O coletivo não pretende seguir uma corrente filosófica ou teórica única, mas busca atuar de maneira interseccional. A proposição do coletivo é estudar as diferentes vertentes e ondas feministas e debater questões pontuais como gordofobia, violências, entre outros assuntos. O coletivo também tem propostas de dialogar com a comunidade para além da universidade.
<b>Coletivo 3</b>	Surgiu em 2015 com a proposta de criar um coletivo negro e trazer a luta por igualdade racial para a universidade. Atuam nas áreas de organização, formação e luta. Partem da raça como centralidade para discutir as outras questões que permeiam, dentre elas o feminismo. Se baseiam no pan-africanismo como corrente filosófica de seus estudos. Suas construções partem da ideia de quilombismo, de união de pretos e pretas não só dentro da universidade, a emancipação é por um povo. Se organizam no sentido de evidenciar e evitar o silenciamento de pessoas negras dentro da universidade.
<b>Coletivo 4</b>	Coletivo LGBTQ+ que surgiu para auto afirmar a diversidade no espaço da universidade. Debatem questões políticas, compartilham vivências, promovem debates e criam espaços de acolhimento. O objetivo é ser um ponto de apoio e acolhimento para pessoas que se identificam e reconhecem como LGBTQ+, e a identidade é de resistência. O coletivo se orienta por vivências, enfrentamentos e não segue perspectiva teórica ou filosófica específica.
<b>Coletivo 5</b>	Projeto musical-político composto por mulheres lésbicas e bissexuais que através das músicas de outras mulheres e de letras que elas compõem, falam sobre negritude, feminismo, sobre a mulher na sociedade, na arte, proporcionando visibilidade e trazendo a representatividade e o protagonismo feminino. A importância e objetivo do coletivo é promover apoio a outras mulheres, mostrar a diversidades, dialogar e causar impacto por meio do canto e do espaço de fala. Não segue uma perspectiva teórica ou filosófica, não existe um movimento de estudo coletivo entre elas, somente trocas de textos, notícias, vídeos que falam da questão das mulheres artistas.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, a partir das entrevistas.

Para análise das informações coletadas, seguiu-se a proposta do próprio Kaufmann (2013), de uma interpretação compreensiva, que o autor chama de narração argumentativa. A operacionalização de tal proposta analítica implica em compor categorias conceituais a partir de frases que se destacam na fala das entrevistadas, observando suas recorrências, contradições, estando atento aos detalhes e às particularidades de cada história e

privilegiando a simplicidade e a linearidade da narrativa central, pois a força da argumentação depende dela (KAUFMANN, 2013).

Os fenômenos relevantes surgiram das regularidades sociais, a partir das narradoras. Nesse sentido, as categorias começaram a ser construídas e pautadas nas referências que as entrevistadas tinham dos fenômenos em discussão. Dessa forma, ao invés de ser importante somente aquilo que a teoria diz para estabelecer as categorias, é igualmente relevante o que as narradoras dizem. As entrevistas foram lidas separadamente e, em cada uma delas, destacados os aspectos centrais da discussão. À seguir, as entrevistas foram analisadas em conjunto e identificado os aspectos centrais que se repetiam em todas as narrativas. Uma nova leitura de todas as entrevistas levou a seleção das categorias centrais de análise.

Essas categorias foram analisadas numa estrutura lógica que melhor orienta a compreensão do papel dos coletivos estudantis: o poder e hierarquia na sala de aula; o corpo subalterno; a interseccionalidade; a culpa; o silenciamento; autoafirmação e a auto-opressão. Essas várias categorias aparecem de forma articulada na análise, pois nas vidas e nas experiências das entrevistadas essas opressões estão conectadas, como as discussões mostrarão. Ao priorizar as narrativas, ainda que destacando algumas categorias, optou-se por valorizar as construções práticas, lógicas, subjetivas e linguísticas das mulheres que participaram da pesquisa, de acordo com a perspectiva do feminismo decolonial.

## **COLETIVOS ESTUDANTIS E A RESISTÊNCIA ÀS OPRESSÕES DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO**

A universidade em que os coletivos estudantis pesquisados se encontram consolidou-se historicamente pela ênfase na área das Ciências Agrárias, está posicionada como uma das melhores universidades do Brasil, considerando dados do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), referentes a 2018, do Ministério da Educação (INEP, 2019). Apenas 40 anos após sua criação, em 1948, que houve o ingresso da primeira estudante (JORNAL UFLA, 2017) e, apesar de atualmente as mulheres estarem entrando em maior número na universidade em relação aos homens, é preciso fazer a ressalva de que as

mulheres brancas estão entrando em maior número, não as mulheres negras (PORTAL UFLA, 2019).

A fragilidade das práticas voltadas para a questão de gênero e de diversidade no âmbito da universidade foi reforçada em dois eventos ocorridos em 2016 e 2018. No primeiro, um aluno foi barrado por seguranças na entrada da instituição por estar usando saia, e a universidade anunciou que iria trabalhar para que as pessoas que tenham como opção se vestir de tal forma fossem cadastradas (G1 SUL DE MINAS, 2016), o que gerou protesto dos estudantes, condenando a censura que foi realizada. Outro fato marcante foi o de oficinas ofertadas pela Coordenadoria de Assuntos de Diversidade e Diferenças (CADD) com temas como “Gênero e Sexualidade”, “Gênero e Trabalho”, “Questões de Gênero”, “História da Lutas do Movimento LGBT” que geraram interpretações equivocadas divulgadas em mídias sociais e evidenciou ainda mais os preconceitos (PORTAL UFLA, 2018), ignorando em grande parte o significado da expressão direitos humanos.

Neste contexto, o ambiente da universidade, assim como a sociedade brasileira, é permeado pela colonialidade, pelo patriarcado, pelo machismo e por conflitos relacionados à democratização do acesso à educação, à produção da pesquisa e às relações da universidade com a sociedade. As conversas com as mulheres que fazem parte dos coletivos estudantis indicam que o acesso à universidade e a participação nesses grupos foi fundamental para que elas compreendessem tais conflitos bem como o seu papel nesse contexto. Essas mulheres passaram por um processo de descobertas e ressignificação de eventos e identidades a partir da experiência nos coletivos estudantis. Tal processo permitiu compreender os processos de subalternização no qual as opressões acontecem, de tal forma que se mobilizaram para enfrentá-las.

No feminismo decolonial, Lugones (2012) defende que o caminho para a despatriarcalização só é possível e só acontece quando há descolonização do saber e do ser. Uma descolonização que não seja racista, universalista, dicotômica entre gêneros masculino-feminino e não apenas heterossexual (LUGONES, 2012). As narrativas das entrevistadas

apontam que a sala de aula tem sido muitas vezes um espaço a ser descolonizado, marcado por opressões explícitas.

Mulheres na veterinária, (...) o peão acha que sabe mais do que a gente. A gente tem formação. Uma coisa bem patriarcal mesmo. E misógina. (...) Professores hostis, que as vezes acham que você não é capaz. (...) Professores usam do poder de forma errada também. Se a gente questionar ele, ele vai talvez descontar e marcar a gente. (...) Em reprodução de fêmeas, as disciplinas, (...) reprodução de machos, é muito ruim, muito ruim. *Professor fala várias besteiras.* (...) *Falando que se a mulher não quer reproduzir, não sabe porque veio ao mundo, sabe, se esse é o papel da mulher.* (...) Descobri que o mundo é muito mais ingrato né, do que a gente acha. (...) *Na faculdade a gente aprende a como não ser também né, então isso é importante* (DÉBORA) (grifo nosso).

No caso narrado, o professor, que simboliza o conhecimento, usa seu poder como forma de dominação de gênero e de dominação do ser – “...a gente aprende a como não ser...” – que perpetua e mantém as hierarquias e legitima violências também no mercado de trabalho, nas relações com outros trabalhadores – “o peão acha que sabe mais que a gente”. O conhecimento está inexoravelmente relacionado ao poder. Percebe-se o contexto marcado pela colonialidade na formação profissional dessas estudantes, apontando para a reprodução sistemática de uma visão de mundo a partir de perspectivas patriarcais e machistas. Resumir a existência de uma mulher apenas a reprodução da espécie, é desumanizá-la, e a desumanização é constitutiva da colonialidade do ser (LUGONES, 2010).

Pessoas que ocupam lugar de privilégio – docentes, por exemplo – contribuem para impedir o caminho de mulheres e grupos minoritários, sendo que têm o poder de fazer diferente. Por mais que a mulher consiga adentrar espaços antes restritos aos homens não quer dizer que ela esteja livre de opressões, discriminação e violência, como narra Débora.

Assim, as denúncias que os coletivos estudantis vêm fazendo, as ações de apoio às vítimas de violência, os estudos compartilhados em rodas de conversas e eventos, entre outras ações contribuem para o enfrentamento dos obstáculos colocados pelo machismo, sexismo, racismo. São pequenas mudanças e impactos observados no comportamento dentro da universidade: leituras feministas sendo colocadas em ementas de disciplina, a transformação de comportamentos em sala de aula, professor que pediu desculpas publicamente, entre outros.

As mudanças que os coletivos estudantis buscam, de modo a alcançar um nível de reflexão, que desnaturalize padrões, saberes e construções sociais dominantes não é algo simples. São processos sociais que acontecem de modo individual mas que, ao mesmo tempo, também são coletivos. Por isso compreende-se o papel desses coletivos para descolonizar o saber na universidade, pois fazem um trabalho político-social, de educação das relações étnico-raciais, de debates sobre diversidade, gênero e sexualidade, entre outras pautas que deveriam inclusive ser parte de uma pedagogia transdisciplinar nas salas de aula.

No entanto, cumpre assinalar que não é apenas nos espaços nos quais a hierarquia está institucionalmente estabelecida – como as salas de aula – que violências e opressões são facilitadas. A hierarquia de gênero, a cultura machista, fortemente arraigadas, objetificam as mulheres, seus corpos e mentes. Produzem desqualificações cotidianas na forma de insultos, zombarias, assédios que perpassam as vidas dessas mulheres.

*As pessoas não conseguem entender o que é elogio e o que não é. (...) Sexualização de coisas que não precisam ser sexualizadas, sabe?! (...) ‘Nossa mas precisa se vestir assim?’ ‘Nossa, não sei o que’. (...) Começam a vir em uma forma de tentar me conter, sabe? De tentar conter. Ou comentários com meu cabelo, tipo cabelo duro, juba de leão. (...) Violências até por relação a maternidade, (...) ter que ouvir que gravidez não é doença, de ouvir que a gente se vitimiza, exagera (ANNA) (grifo nosso).*

Ninguém olha com estranhamento, sexualiza, ou questiona qualquer coisa que diga respeito a um homem, branco, cis, hétero nos espaços da universidade, por exemplo. Mas, aparentemente, todos se acham no direito de dizer a uma mulher como ela deve se vestir, como usar os cabelos, como ela deve se sentir e se comportar numa gestação ou como mãe. O uso da expressão vitimizar é uma forma de “conter” qualquer manifestação particular de uma mulher, sobretudo no âmbito acadêmico. As mulheres querem se mostrar capazes como forma de tentar alcançar uma simetria de diálogo, e dizer a elas que estão se vitimizando provoca uma reação de contenção. A razão não é a vitimização das mulheres mas a colonialidade de gênero. Revela-se a colonialidade do ser que empurra mulheres para um comportamento artificial que oculta as particularidades de suas vivências e demandas. Também identifica-se a colonialidade do saber, que sobrepõe uma opinião externa e

masculina sobre a experiência que apenas as mulheres conhecem, como a gravidez, por exemplo.

Como podemos ver no depoimento de Anna, o racismo, que se manifesta muitas vezes disfarçadamente em suas práticas (GONZALEZ, 1988), o patriarcado, o sexismo são parte de uma sistemática de opressão que subordina e define o lugar de pessoas (SITO, 2017), que não supõe simetria no diálogo (MIGLIEVICH-RIBEIRO; PRAZERES, 2015). Frequentemente esses fatores se juntam para oprimir, excluir, subalternizar mulheres. As entrevistas e as observações reafirmam que as violências sofridas por mulheres negras e LBT+ são mais fortes e explícitas do que contra mulheres que se aproximam do padrão estético e comportamental definido por aqueles que detêm a hegemonia. As implicações dessa dinâmica de poder são o adoecimento, as frustrações e até o abandono de projetos.

*O efeito do racismo sobre a saúde mental do negro, (...) é tão nocivo e tão devastador que eu não consigo explicar. (...) O racismo é isso, é um problema muito sério que ele está muito imbricado (...) na nossa estrutura social. (...) Porque é espalhado, (...) porque é não reconhecido enquanto tal (CELINA) (grifo nosso).*

*Quando você está andando normalmente na cantina central da universidade você ainda vê apontamentos, cochichos e risos. (...) E isso me acarretou problemas psicológicos (...) você sendo uma pessoa de orientação sexual dissidente e assumindo isso perante a sociedade reiteradamente, você não vai sair sorrindo para todo mundo, você não vai sair sendo a pessoa mais simpática do mundo justamente porque o mundo não é assim com você. (...) você tem que reautoafirmar o tempo inteiro (SONIA) (grifo nosso).*

As narrativas apontam a impossibilidade de compreender as experiências das mulheres de um ponto de vista homogêneo. Imbricações de raça, classe, orientação sexual com gênero – a chamada interseccionalidade – amplifica as opressões, como mostram as falas das entrevistadas. Após adentrar a universidade pública depois um longo esforço e luta, as mulheres – sobretudo aquelas que são negras, que assumem uma orientação sexual não binária, de classes sociais baixas – ainda tem que conviver com olhares e atitudes que o tempo todo tentam convencê-las de que aquele lugar não foi feito para elas e, portanto, é preciso lutar para modificá-lo. Por isso a importância de se considerar outros fatores influenciados pela integração ao ambiente social e acadêmico, como as questões de gênero,

raça/etnia, orientação sexual, religião e outros marcadores sociais, que também podem constituir barreiras “invisíveis” à conquista da formação superior (ALVARENGA et al., 2012). Sendo importante enfatizar que nas análises e práticas de um feminismo decolonial, “raça” não é nem separável nem secundária à opressão de gênero; raça, gênero e sexualidade são co-constituídos (LUGONES, 2012).

Esse é um papel agregador essencial que os coletivos estudantis analisados no contexto institucional em evidência vêm desempenhando, pois quase todos apontam como meta, operar a partir da perspectiva interseccional, o que tem se constituído num desafio para eles. As entrevistadas apontam dificuldades para desenrolar um entendimento interseccional da realidade, visibilizar e articular os diversos lugares de fala, principalmente das mulheres mais subalternizadas no espaço social universitário. Ou seja, ser um espaço de criação, dando relevância às existências das mulheres plurais na universidade, transformando o contexto social que as subalternizam. As dificuldades em colocar em prática essa meta, afasta muitas ativistas que se frustram com a atuação dos coletivos estudantis.

Vivendo nas múltiplas opressões, que no contexto da colonialidade são sinônimos de subalternidade, e compreendendo as limitações de atuação dos coletivos estudantis, muitas mulheres, mesmo identificando a opressão, violência e injustiça sentem-se inseguras em denunciar tais situações, entendendo os riscos de retaliação e perseguição por parte daqueles que detém poder. O silenciamento – que acontece de diferentes formas – das mulheres diante das opressões é algo que incomoda todas as participantes dos coletivos estudantis, em especial do coletivo 1 que busca dar suporte para mulheres vítimas de violência.

É muito angustiante, porque às vezes a pessoa chega e não quer fazer nada, só precisa falar. Mas aí quando a gente coloca o que tem que ser feito a pessoa tem medo, ou não acredita que vai levar a alguma coisa. E realmente às vezes não vai levar a nada (FERNANDA).

A colonialidade do saber se manifesta novamente quando as opressões e violências desqualificam os saberes das mulheres, para dar lugar a argumentos vazios, produzidos por um sistema injusto. Nesse sentido, como na situação narrada por Fernanda, por um lado, os

coletivos estudantis desempenham um papel importante ao permitirem às mulheres contarem suas histórias, saírem do isolamento e da solidão da mulher agredida. Durante a pesquisa várias entrevistadas trouxeram relatos de assédios e ameaças ocorridos com estudantes, dentro e fora da universidade. A pesquisa mostrou que os coletivos em evidência se configuram como espaços que enfrentam o silenciamento, oferecendo suporte e acolhimento, seja ele psicológico, jurídico ou outro. Um apoio essencial, porque na maioria dos casos a vítima da violência não sabe o que fazer quando sofre a agressão. Essas circunstâncias aparecem no caso de Maia, ativista do coletivo 2 que foi violentada sexualmente:

Por mais que eu tinha um histórico assim feminista nada prepara a gente para passar por uma situação desse tipo, parece que *a gente volta na estaca zero* e literalmente fica perdido não sabe o que fazer. (...) *Eu me sentia muito culpada* (MAIA) (grifo nosso).

Quando Maia fala em voltar a “estaca zero” e sentir-se culpada, ela está mostrando a prevalência da colonialidade do ser e poder, quando se apaga a identidade da mulher, fazendo com que ela se questione, questione o que pensava, como se comportava e sua responsabilidade como vítima da violência. Em toda estrutura de poder há sempre uma imposição de alguns de certo grupo sobre os demais (QUIJANO, 2005), e nesse caso, a colonialidade do poder está no controle do sexo, na violência da autoridade (QUIJANO, 2005) que, somados a colonialidade de gênero, colocam a mulher numa posição ainda mais subalternizada e vulnerável (LUGONES, 2008).

Por outro lado, quando se trata de denúncia, de enfrentamento oficial às agressões, muitas mulheres interpretam e vivenciam essa ação como um processo de humilhação e, sabendo disso, muitas vítimas decidem não denunciar, sendo impedidas de exercer sua cidadania. Como muitas mulheres não denunciam diretamente as agressões que sofrem, outras fazem chegar até os coletivos estudantis suas histórias, como explica Fernanda no próximo relato. Isso revela como os coletivos têm se tornado referências no apoio às mulheres que sofrem opressão e violência. Contudo, a dificuldade de comunicação e o medo

das mulheres de continuarem com denúncias impedem avanços nas punições, o que, por sua vez, restringe as possibilidades de ação e resultados dos trabalhos dos coletivos estudantis.

O caso, muitas vezes chega pra gente não pela pessoa que sofreu, mas por uma outra. (...) Difícil chegar em uma saída com essa comunicação que não é direta (FERNANDA).

Contudo, a experiência das mulheres que estão nos coletivos ou que têm a oportunidade de discutir o feminismo, tem mostrado que o silenciamento é algo a ser enfrentado e superado, ainda que seja necessário encarar muitos conflitos.

*Eu acredito que eu seja uma pessoa que seja alvo-alvo. (...) E é melhor eles me calarem agora do que quando realmente eu tiver plena capacidade para estar batalhando judicialmente pelos direitos das minorias. (...) Justamente por fazer esses tipos de postagens reiteradas, de defender o que eu considero como certo, nós ficaremos marcados (SONIA) (grifo nosso).*

O silenciamento das mulheres revela um padrão sistemático e injusto de poder e autoridade que é histórico e que acontece a todas, seja qual for sua raça, classe, etnia, religião, sexualidade (LUGONES; SPELMAN, 1983). Quando uma mulher rompe com o silêncio defendendo o que considera certo, questionando determinada ordem, está abrindo espaço para que outras mulheres façam o mesmo. Essa é uma luta contra a invisibilidade que o silenciamento e outras opressões produzem. Pois, historicamente, as produções intelectuais, saberes, vozes e experiências dos grupos localizados socialmente, de forma hierarquizada e não humanizada, são mantidos em um lugar silenciado estruturalmente (RIBEIRO, 2017).

Picharam uma suástica no caminho do PV2<sup>5</sup>. (...) É claro que tem coisas assim que ainda intimidam a gente sabe. Porque a gente sabe que *é uma tentativa de silenciar a gente. (...) Terem pichado a suástica né, como quem diz, o lugar de vocês não é aqui. (...) Eu acho que a partir do momento que a gente se organiza e faz luta, e tenta atuar de alguma forma, e tenta denunciar as coisas, a gente se expõe a isso. (...) Eu acho que o nosso corpo já é político. Um corpo negro, um corpo de mulher ele já traz com ele em si, ele não precisou nem abrir a boca, ele, a presença dele ali já é uma coisa que incomoda (CELINA) (grifo nosso).*

A experiência contada por Celina lembra que, muitas vezes, palavras e símbolos são desnecessários quando a colonialidade de gênero está intensamente estabelecida, em que a

---

<sup>5</sup> Um dos prédios onde acontecem as aulas de graduação.

presença de uma mulher em determinados espaços incomoda, desafia e, claro, encontra obstáculos. Pois quebrar a norma que discrimina, é reivindicar existência.

Atitudes, que exigem muita coragem, compreensão e aceitação da própria identidade, falam muito e também provocam reações. Duilia, por exemplo, relata xingamentos que recebeu por andar de mãos dadas com sua namorada. Essa intolerância muitas vezes é naturalizada por ser considerada uma forma “branda” de violência. Mas, à medida que mais pessoas mostram as possibilidades de viver fora de padrões, mais evidentes ficam as violências, bem como os questionamentos do que é natural ou não.

*Sei que existem coisas muito mais violentas mas isso são nuances né dessa violência que as pessoas justificam, que acham normal, que acham que é isso mesmo (DUILIA) (grifo nosso).*

A ação dos coletivos estudantis fortalece as pessoas no sentido de manifestarem publicamente suas identidades, como nesse caso de Duilia. Isso é parte da construção do ser, que se dá também no modo de se vestir, de se alimentar, nas economias, ecologias, gestos, ritmos, habitats e nos sentidos do espaço e tempo (LUGONES, 2010). A caracterização das mulheres como frágeis, fracas em corpo e mente, isoladas no privado e sexualmente passivas, por exemplo, são características que construíram a feminilidade burguesa branca, e a partir dessa caracterização, as conexões entre gênero, classe, sexualidade, raça não foram explicitadas, considerando esse padrão a todas as mulheres (LUGONES, 2007).

Pode-se dizer assim que as disputas que os coletivos estudantis enfrentam, são principalmente sobre uma série de movimentos micropolíticos, sobre modos de vida e existência social. Os coletivos representam um reforço ao desgastante movimento de autoafirmação das mulheres.

*Por ser mulher, sempre, todos os dias, você tem que estar sempre se afirmando, se posicionando, garantindo seu lugar (ANGELA) (grifo nosso).*

*Eu tenho que ser muito boa no que eu faço para poder, que aquela pessoa gostar de mim, aquele grupo gostar de mim. (...) Então por isso que todo mundo ali me respeitava. Não era porque eu era mulher, não era porque eu era lésbica. Foi porque*

eu dei alguma coisa para eles. (...) *Eu ganhei meu espaço pelo que eu fiz, não pelo que eu era.* A gente tem que mostrar que é muito bom em determinada coisa para ganhar respeito. *Não basta só ser mulher, não basta só estar* (BERTHA) (grifo nosso).

A exaustão, de que muitas mulheres reclamam, se deve em grande parte a essa incessante necessidade de se afirmar, como destaca Angela. Mas, essa luta por afirmar-se, por garantir um espaço, pode confundir e tornar-se outra forma de opressão. A fala de Bertha aponta que mesmo para estar num espaço que é seu por direito, ainda precisa entregar algo mais. Esse “algo mais”, exatamente o que os dominantes demandam das mulheres, pode ser a realização de trabalhos considerados típicos de mulheres – como limpeza, por exemplo - ou uma carga de trabalho maior do que os outros na mesma atividade – “afinal, você não queria estar aqui” -, que geralmente não é reconhecido. Tais situações degradam a saúde e a autoestima das mulheres. Os limites entre o que é preciso fazer para se autoafirmar e o que é demandado de uma mulher para ser aceita num determinado espaço, pode ser a exploração – o que dentro dos padrões dominantes de sociedade, seria considerado normal.

A colonialidade é uma forma de poder que é efetiva na dominação, na medida em que não é percebida como tal. Dessa forma, muitas vezes a opressão se transforma em “auto-opressão”, levando internalização de mecanismos estruturais opressores, moldando o comportamento e o pensamento dos subalternizados. É preciso atentar, como faz Anna no próximo fragmento, que a subalternidade sustenta privilégios, que precisam ser discutidos quando se trata de enfrentar a colonialidade de gênero.

Quando a gente fala de evidenciar as nossas lutas, a gente fala de não privilégios para outros sujeitos. Então quando eu venho pautar o sofrimento dos sujeitos negros, ou as violências, alguém está praticando essa violência. E a manutenção dessa violência está se estabelecendo pelo viés de quem? Quem está contribuindo para isso? (...) Tem um monte de homem aí reconhecendo que é machista e continua sendo machista. Sabe? (...) O sujeito branco reconhecer que ele tem privilégios não vai fazer com que ele quebre com seus próprios privilégios. (...) Acha que reconhecer os privilégios é o suficiente. Mas a questão é, até que ponto você está disposta a abrir mão dos seus privilégios? (ANNA).

Assim, nos momentos em que uma mulher sofre atravessamentos por diferentes opressões, é importante encontrar pessoas com quem compartilhar, que entendam sua luta,

suas subjetividades. Por isso a relevância de um feminismo feito em diálogo com muitas mulheres que são culturalmente diferentes, para se pensar e reconhecer as diferentes concepções do que é ser uma mulher (LUGONES; SPELMAN, 1983). Os coletivos estudantis têm se mostrado, segunda as entrevistadas como espaços de diálogo entre mulheres com trajetórias distintas. No complexo cotidiano da universidade, são espaços de construção de confiança, respeito, que permitem florescer questionamentos, construir e reconstruir identidades e novos saberes. Mas, o diálogo de mulheres com perfis e histórias diferentes gera conflitos, conflitos que afetam o funcionamento dos coletivos estudantis que muitas vezes são esvaziados.

Eventos em formato mesas redondas, palestras, rodas de conversa mais intimistas e restritas, debates de filmes e documentários, realização de leituras conjuntas sobre feminismo, entre outras ações realizadas pelos coletivos, vêm nessa perspectiva, de terem momentos e espaços de desabafos, denúncias e aprendizados. Tais iniciativas funcionam como suporte para enfrentar e desnaturalizar opressões, discutindo e pensando medidas para combater a desigualdade, a violência, os diferentes tipos de intolerâncias a partir de cada contexto, dos processos das diferentes mulheres. É essa a luta que as mulheres desses coletivos estudantis vêm encampando: ser um espaço de criação, dando relevância a suas existências na universidade, transformando o contexto social que as subalternizam.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho se propôs a refletir sobre papel dos coletivos estudantis no enfrentamento das opressões de gênero no âmbito da universidade pública. Partimos da perspectiva teórica do feminismo decolonial e de pesquisa qualitativa que priorizou as narrativas das militantes desses coletivos.

A trajetória recente das universidades públicas é marcada pela conquista de acesso ao ensino superior de grupos minoritários, como as mulheres que estão cada vez mais presentes nesses espaços. Contudo, essa conquista traz consigo novas lutas uma vez que as

universidades, como parte de nossas sociedades, caracterizam-se pelo patriarcado e hegemonia do conhecimento norte-americano-europeu. Tal hegemonia, de caráter geopolítico, constitui-se e consolida-se no apagamento de culturas locais e interesses específicos de grupos minoritários cujo poder tem sido sufocado ao longo da história. A universidade pública revela-se um espaço contraditório que, numa sociedade democrática ainda permite o florescimento de sementes de resistência. Os coletivos estudantis que abordam o feminismo, na universidade estudada podem ser considerados como tais sementes, permitindo a mulheres com trajetórias distintas, espaços de diálogo, compartilhamento, apoio na identificação e no enfrentamento a opressões e na (re)construção identitária.

As análises mostram que não é possível a uma mulher ocultar-se ou fugir das opressões no espaço da universidade. Elas acontecem nas salas de aula, nos corredores, nos espaços coletivos e em festas. As mulheres contam como são objetificadas, como suas experiências, conhecimentos e sentimentos são desqualificados em diferentes instâncias. Nesse contexto hostil, manifestar identidades, denunciar violências, rompendo um silêncio que interessa apenas àqueles que detém o poder, exige coragem. Nesse contexto, as mulheres lutam subjetivamente com sentimento de culpa pelas opressões e violências que sofrem e com a imposição externa de padrões elevados - outra forma de exploração - que muitas internalizam como auto opressão.

Nos coletivos estudantis, tudo isso pode ser discutido e o valor do espaço seguro para o diálogo é imenso para as mulheres que os frequentam. Contudo, embora a interseccionalidade seja uma meta para a maioria dos coletivos, é também um desafio. A diversidade de mulheres, com características, trajetórias nos coletivos, gera conflitos, uma vez que não conseguem articular todas as demandas em ações.

Os coletivos estudantis têm estimulado mudanças em disciplinas que incluem o debate feminista, mais eventos discutindo o tema, denúncias contra violências dentro e fora da universidade, institucionalização de canais de denúncia contra tais violências na universidade. Do ponto de vista da colonialidade do saber, instigam o questionamento dos

conhecimentos produzidos na universidade, sobre sua finalidade e sentido e introduzem um repertório de conceitos e experiências que raramente são pautados na universidade. Mas, também não conseguem vencer o silenciamento de muitas mulheres diante da violência, não produzem mudanças que atendam às expectativas das militantes. As limitações da atuação dos coletivos estudantis devem ser compreendidas num contexto de enraizamento da colonialidade no âmbito social e universitário, que obrigam as militantes a se reinventarem – assim como os próprios coletivos – na medida em que esbarram nos silêncios, privilégios e naturalizações que insistem em se repetir.

Além disso, é importante enfatizar que também existem grupos querendo se apropriar desses debates feministas produzidos nos coletivos, pasteurizando-os como instrumentos de marketing, esvaziando-os em seus significados. E esse é um enfrentamento constante para esses grupos.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, Márcio M.; FARIA, Alexandre. Em defesa da opção decolonial em Administração: Rumo à uma concepção de agenda. **Anais Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**, 2015.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

ALMENDRA, Javiera Cubillos. Reflexiones sobre el proceso de investigación. Una propuesta desde el feminismo decolonial. **Athenea Digital** - 14(4): 261-285, diciembre 2014.

ALVARENGA, Carolina Faria et al. Desafios do ensino superior para estudantes de escola pública: um estudo na UFLA. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 6, n. 1, 2012.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do Colonialismo à Colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez. 2014.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015.

BAUER, Carlos; JARDILINO, José Rubens Lima. Apontamentos sobre uma história recente: gênese e desenvolvimento da universidade brasileira. **Rhela - Revista História de la Educación Latinoamericana**. vol. 7. año 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la Universidad: La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos**, número 39, p. 045/059 Florianópolis/ jul - dez/ 2010.

COSTANTI, Giovanna. 'Há um pacto de silêncio': casos de estupro na USP são subestimados. **Carta Capital - Editora Confiança**. Publicado: 03/08/2018.  
<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ha-um-pacto-de-silencio-casos-de-estupro-na-usp-sao-subestimados/>> Acesso em: 27/05/2020.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, set./out./nov./dez., 2003.

CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos; REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 2, p. 93-106, jul. 2010.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã: da colônia a era de Vargas**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves, 1986.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE SORDI, Denise N.; MORAIS, Sérgio Paulo. "Os estudantes ainda estão famintos!" : ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. Religación. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidade**, v. 1 n. 2 abr-jun, 2016, p. 25-43.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica decolonial a la epistemología feminista crítica. **El cotidiano**, v. 29, n. 184, p. 7-12, 2014.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Educação e desigualdade social: quando as minorias étnicas adentram a universidade. In: MEIRELES, Mauro *et al.* (Org). **Ensino de sociologia: diversidade, minorias, intolerância e discriminação social**. Porto Alegre: Evangraf/ LAVIECS, 2013.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GÁLVEZ-GARCÍA, Carina-Itzel. Reseña del libro Pensadores y forjadores de la universidad latinoamericana, editado por Carmen García Guadilla. **Revista Iberoamericana de Educación Superior** (ries), México, issue-unam/ Universia, vol. II, núm. 3, pp. 173-178, 2011.

GARGALLO, Francesca. **Ideas feministas latinoamericanas**. Historia de las ideas, Ciudad de México, 2006.

GELEDES, Instituto da mulher negra. **Violência contra mulher e a omissão das universidades brasileiras**. Publicado: 04/10/2014. <<https://www.geledes.org.br/violencia-contra-mulher-e-omissao-das-universidades-brasileiras/>> Acesso em: 19/01/2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo; Editora Atlas S.A., 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: Hollanda, H. B. de. (org.). **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2020. s.p. (edição Kindle).

G1 SUL DE MINAS. Estudantes fazem 'saião' após aluno ser impedido de entrar na Ufla, em MG. **Globo Notícias**. EPTV. Atualizado em 06/05/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/05/estudantes-fazem-saiaco-apos-aluno-ser-impedido-de-entrar-na-ufla-em-mg.html>>. Acesso em: 27/05/2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, junho 2014.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação superior 2018: notas estatísticas. **Ministério da Educação, Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED)**, 2018. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf)>. Acesso em: 17/01/2020.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inep divulga CPC e IGC, indicadores de qualidade da educação superior. **Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**, 2019. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-cpc-e-igc-indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-cpc-e-igc-indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/21206)>. Acesso em: 17/01/2020.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. Violência contra a mulher no ambiente universitário. **Pesquisa Instituto Avon/Data Popular**. Publicado: Set/out 2015. Disponível em: <[http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon\\_V9\\_FINAL\\_Bx20151.pdf](http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf)> Acesso em: 23/01/2020.

JORNAL UFLA. **Universidade Federal de Lavras**. Novo perfil dos estudantes da UFLA Conheça o retrato da comunidade discente e sua transformação ao longo do tempo. Ano 23, n. 104, dez./jan. 2017.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LEHER, Roberto. Estrategias de mercantilización de la educación y tiempos desiguales de los tratados de libre comercio: el caso de Brasil. In: GENTILI, Pablo *et al.* **Políticas de privatización, espacio público y educación en América Latina**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2009.

LERMA, Betty Ruth Lozano. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a um feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. **La manzana de la discordia**, Julio-Diciembre, vol. 5, n. 2, año 2010.

LIBÓRIO, Bárbara. A violência contra a mulher no brasil em cinco gráficos. **Época**, 08 mar. 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/a-violencia-contra-mulher-no-brasil-em-cinco-graficos-23506457>>. Acesso em: 09/01/2020.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008.

\_\_\_\_\_. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186-219, 2007.

\_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

\_\_\_\_\_. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. In: MONTES, Patricia. **Pensando los feminismos en Bolivia**. Serie Foros 2. Conexión Fondo de Emancipación, La Paz, Bolivia, p. 129-140, 2012.

\_\_\_\_\_. Toward a decolonial feminism. **Hypatia**, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.

LUGONES, María C.; SPELMAN, Elizabeth V. Have we got a theory for you! Feminist theory, cultural imperialism and the demand for 'the woman's voice'. **Women's Studies Int. Forum**, Vol. 6, No. 6., 1983.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MANCEBO, Deise. Reforma da educação superior: o debate sobre a igualdade no acesso. *In*: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília da Costa (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: Inep, 2008.

MASO, Tchella Fernandes; YATIM, Leila. A (de) colonialidade do saber: uma análise a partir da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). **Revista Paidéia**, v. 11, n. 16, 2014.

MESQUITA, M.R. Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. v.81, 2008, p. 179-207.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; PRAZERES, Lílian Lima Gonçalves dos. A produção da Subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras. **Temáticas**, Campinas, 23, (45/46): 25-52, fev./dez. 2015.

MIGLIORIN, Cezar. **O que é um coletivo**. Teia-2002/2012. Belo Horizonte: Teia, 2012.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MIGUEL, Sylvia. Preconceitos e estereótipos impactam progressão da mulher na ciência. **Jornal da USP**. Publicado 13/10/2016. Disponível em:  
<<http://jornal.usp.br/universidade/preconceitos-e-estereotipos-impactam-progressao-da-mulher-na-ciencia/>> Acesso em: 19/01/2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

MINELLA, Luzinete Simões. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? **Cadernos Pagu**, n. 40, p. 95-140, 2013.

MONTEIRO, Jéssica Oliveira. Que a universidade se pinte de povo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 265-284, maio/ago. 2017.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010.

PAREDES, Julieta C.; GUZMÁN, Adriana A. **El Tejido de la Rebeldía. Que es el feminismo comunitário?** La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2014.

PORTAL UFLA, Universidade Federal de Lavras. Mulheres no ensino superior: aumento de mulheres no ensino superior é analisado por pesquisa da UFLA. **Notícias, Pesquisa e Inovação**. Escrito por Greicielle Santos. Publicado: Segunda, 11 mar. 2019. Disponível em: <<https://ufla.br/noticias/pesquisa/12728-aumento-de-mulheres-no-ensino-superior-e-analisado-por-pesquisa-da-ufla>> Acesso em: 23/05/2020.

PORTAL UFLA, Universidade Federal de Lavras. Nota de esclarecimento sobre a recepção de calouros da UFLA. **Notícias, Terciarias**. Escrito por Direção Executiva da Universidade Federal de Lavras. Publicado: 07 março de 2018. Disponível em: <<http://www.ufla.br/dcom/2018/03/07/nota-de-esclarecimento-sobre-a-recepcao-de-calouros-da-ufla/>>. Acesso em: 31/05/2020.

PORTAL UFLA, Universidade Federal de Lavras. Ouvidoria da Mulher e da Diversidade busca garantir atendimento mais humano e acolhedor na UFLA. **Notícias, Institucional**. Escrito por Greicielle Santos. Publicado: 04/02/2020. Disponível em: <<https://ufla.br/noticias/institucional/13541-ouvidoria-da-mulher-e-da-diversidade-busca-garantir-atendimento-mais-humano-e-acolhedor-na-ufla>> Acesso em: 27/05/2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

\_\_\_\_\_. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, 2005.

\_\_\_\_\_. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAYURI, Juliana; SICURO, Rodrigo. ABUSOS NO CAMPUS: Mais de 550 mulheres foram vítimas de violência sexual dentro de universidades desde 2008. **The Intercept Brasil**. Publicado: 10/12/2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>> Acesso em: 27/05/2020.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 20, n. 2, 2014.

SITO, Laura. Por que as mulheres negras não são vistas como um setor estratégico na construção de um novo cenário político-econômico para o Brasil? In: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SOLANO, Esther. **Tem saída? Ensaios Críticos sobre o Brasil**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidad colonialidad y educación. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 19, n. 48, mayo-ago. 2007.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

**Submetido em 27/01/2020**  
**Aprovado em 27/07/2020**